Frente Parlamentar Mista da

EDUCAÇÃO

Sobre

Formada em abril de 2019, a Frente Parlamentar Mista da Educação é composta por 312 deputados federais e 42 senadores. A FPME tem como missão defender uma educação pública de qualidade para as crianças, jovens e adultos brasileiros.

Frente Parlamentar é a associação de parlamentares – no caso da Educação, mista, formada por deputados federais e senadores –, e de caráter suprapartidário, ou seja, acima dos interesses e ideologias dos partidos políticos. É destinada a promover, em conjunto com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos em sintonia com o tema em debate, a discussão e o aprimoramento da legislação brasileira e de políticas públicas nacionais em torno de um determinado assunto de interesse comum.

Propósito

O propósito é claro e a ação deve ser contínua: independente da gestão à frente do Governo Federal, o direito à educação de qualidade deve ser assegurado à criança, aos jovens e aos adultos de todo o Brasil – principalmente o ensino público e gratuito.

Meta

Deputados e senadores que compõem a Frente têm como meta a continuidade do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A promoção de debates sobre os itens do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pelo cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), e de temas menos consensuais, como o homeschooling, fazem parte da pauta de como superar os déficits de aprendizagem.

Premissa

A educação pública é o principal elemento do desenvolvimento de um cidadão e investimentos públicos são essenciais para que políticas educacionais de qualidade sejam desenvolvidas. Essa é a premissa da nossa defesa: a promoção do bem-estar, da saúde e de outros anseios sociais por meio da educação.

Carta de princípios da Frente Parlamentar Mista da Educação

A Frente Parlamentar Mista da Educação tem como norte na defesa da Educação o principal documento que orienta a construção do País: a Constituição Federal. Segundo a Carta Magna, a educação é um direito fundamental e um dever do Estado, previsto em seu artigo 205. Mais do que disseminar conhecimentos técnicos e teóricos das disciplinas curriculares, o princípio ali estabelecido visa o pleno desenvolvimento da pessoa, com formação voltada para o exercício da cidadania. Evidencia-se, portanto, o poder da educação como instrumento de transformação social.

Entre os principais marcos da educação brasileira conquistados ao longo dos últimos 100 anos estão a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), sem mencionar dezenas de outras políticas educacionais estruturantes que ajudaram o país a ampliar notavelmente o acesso à educação e a melhorar substancialmente os resultados educacionais no Ensino Fundamental.

Apesar dos avanços, ainda é necessário aprimorar o

arcabouço legal que dá suporte às políticas educacionais, especialmente considerando o desafio de incluir todas as crianças e jovens na educação escolar, garantir que o ensino seja de qualidade e, especialmente, para todos. Há um grande trabalho para redução das desigualdades a ser feito para que esses direitos sejam consolidados.

Para o Congresso Nacional, enfrentar esses desafios significa trabalhar para a criação e consolidação de marcos que dialoguem com as atribuições dos três níveis da federação, fortalecendo o regime de colaboração, construindo modelos que aprimorem a gestão das redes educacionais e consolidando políticas públicas que valorizem e deem suporte aos estudantes, aos profissionais de educação e a toda a comunidade escolar.

Criada em abril de 2019, a Frente Parlamentar Mista da Educação é uma associação civil, de natureza não governamental, sem fins lucrativos e constituída no âmbito do Congresso Nacional, a partir de requerimento aprovado na Câmara dos Deputados. O registro de Frentes Parlamentares está previsto em ato da Mesa, com fundamento no Art. 15, incisos I e VIII, do Regimento Interno da Casa.

A Frente é composta de deputados federais e senadores que têm a educação como prioridade em seus mandatos e exercitam essa prioridade no seu dia-a-dia. A finalidade da associação parlamentar é pautar e discutir temáticas e proposições que sejam fundamentais para assegurar

educação pública de qualidade a todos os brasileiros, independentemente de onde estejam e com um olhar cuidadoso para aqueles em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, a Frente Parlamentar Mista da Educação se coloca no Congresso Nacional como protagonista das discussões educacionais, buscando projetos e propostas que resultem numa educação pública, de qualidade, universal e plural.

Por isso, a Frente da Educação estabelece publicamente os seguintes valores e compromissos:

Valores

Autonomia: Defesa da autonomia do Congresso Nacional perante o governo federal na defesa pela educação pública e de qualidade.

Igualdade: Busca permanente pelo reconhecimento de todos como iguais lutando por políticas voltadas à educação que priorizem o princípio.

Participação social: Atuação com a sociedade civil nos espaços de decisão e em ações que estão relacionadas à educação.

Pluralidade: Reconhecimento da diversidade de opiniões e de posições políticas como legítimas manifestações do ser plural da humanidade.

Transparência: Acesso para a sociedade às informações relativas à educação brasileira, assim como das atividades promovidas pela Frente Parlamentar Mista da Educação.

Democracia: Direção do trabalho para construção e manutenção de um Estado democrático.

Compromissos

• Defender a educação escolar pública de qualidade para todos;
• Promover o debate amplo e suprapartidário, informado pelas melhores evidências e boas práticas disponíveis;
• Defender o regime de colaboração e a melhoria da governança interfederativa como elementos estruturantes na formulação e implementação de políticas públicas educacionais em âmbito nacional;
• Defender a garantia de financiamento para a universalização do acesso à escola pública de qualidade e a distribuição eficiente de recursos entre os entes federados;
• Fomentar a indução da melhoria da qualidade e redução de desigualdades na oferta da educação pública;
Considerar a transversalidade dos povos étnicoterritoriais nas políticas públicas educacionais;
• Defender a primeira infância, a partir da ampliação de oferta de educação infantil, com infraestrutura e formação compatíveis com as exigências e a importância dessa etapa;

• Combater o analfabetismo no Brasil, perseguindo a meta de erradicação;
• Defender a educação pública inclusiva, a partir do reconhecimento e aprimoramento dos direitos dos estudantes com deficiência, combatendo todas as formas de discriminação e exclusão na Educação Especial;
• Defender a ampliação do ensino médio em tempo integral e do técnico e profissionalizante para os estudantes;
Articular e lutar pela democratização do ensino superior;
• Debater, avaliar e fomentar, de forma complementar à oferta da educação pública, modelos de parcerias público-privadas voltadas a ampliar o alcance, qualidade e democratização do ensino para crianças e jovens.

Brasília, novembro de 2021

Integrantes

O compromisso em fazer avançar políticas públicas altamente alinhadas com as reais necessidades da Educação está impresso no próprio desenho da Frente. De maneira inédita, a iniciativa está subdividida em comissões temáticas focadas em assuntos determinantes para a qualidade e equidade da Educação. Confira a formação da mesa diretora da Frente!

Legislatura 2019-2020

DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO)
PRESIDENTE

DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PSB-DF)
SECRETÁRIO-GERAL

DEPUTADO TIAGO MITRAUD (NOVO-MG)
TESOUREIRO

IZALCI LUCAS (PSDB-DF)
VICE-PRESIDENTE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DEPUTADO JORGINHO MELLO (PR-SC)
VICE-PRESIDENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA

DEPUTADO LUIZÃO (PRB-PR)
COMISSÃO DE ALFABETIZAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL

DANILO CABRAL (PSB-PE)
COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

DEPUTADA LUÍSA CANZIANI (PTB-PR)
COMISSÃO DE ARRANJOS FEDERATIVOS DA EDUCAÇÃO

DEPUTADO RAUL HENRY (MDB-PE)
COMISSÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE HOLANDA CALDAS (PSB-AL)
COMISSÃO DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

DEPUTADA FEDERAL PAULA BELMONTE (CIDADANIA-DF)
COMISSÃO DE PRIMEIRA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

DEPUTADO IDILVAN ALENCAR (PDT-CE)
COMISSÃO DE ENSINO MÉDIO

DEPUTADA TABATA AMARAL (PDT-SP)
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL

FELIPE RIGONI (PSB-ES)
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, DE INDÍGENAS E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

LUIZ LIMA (PSL-RJ)
COMISSÃO DE DESPORTOS

Legislatura 2021-2022

DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PSB-DF)
PRESIDENTE

DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM-TO)
PRESIDENTE DE HONRA

SENADOR ALESSANDRO VIEIRA (PSDB-SE)
VICE-PRESIDÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

SENADOR IZALCI LUCAS (PSDB-DF)
VICE-PRESIDENTE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DEPUTADA LUÍSA CANZIANI
(PSD-PR)
SECRETARIA-GERAL

DEPUTADO RAUL HENRY (MDB-PE)
COMISSÃO DE GOVERNANÇA FEDERATIVA

DEPUTADO DANILO CABRAL (PSB-PE)
COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

DEPUTADO EDUARDO BISMARCK (PDT-CE)
COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR

DEPUTADA ADRIANA VENTURA (NOVO-SP)
COMISSÃO DE AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA-DF)
COMISSÃO DE PRIMEIRA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL | COMISSÃO ESPECIAL COVID-19

DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB)
COMISSÃO DE PRIMEIRA INF NCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL | COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOCENTE

DEPUTADO LUIZÃO GOULART (SOLIDARIEDADE-PR)
COMISSÃO DE ALFABETIZAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL | COMISSÃO ESPECIAL COVID-19

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT-SP)
COMISSÃO DE ALFABETIZAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL

DEPUTADA TABATA AMARAL (PSB-SP)
COMISSÃO DE ENSINO MÉDIO E ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL | COMISSÃO ESPECIAL COVID-19

DEPUTADO IDILVAN ALENCAR (PDT-CE)
COMISSÃO DE ENSINO MÉDIO E ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL | COMISSÃO ESPECIAL COVID-19

DEPUTADO TIAGO MITRAUD (NOVO-MG)
COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR

DEPUTADA JOENIA WAPICHANA (REDE-RR)
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, INDÍGENA E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

DEPUTADO FELIPE RIGONI (UNIÃO BRASIL-ES)
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, INDÍGENA E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ (PSB-MA)
COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DA POLÍTICA DE COTAS

DEPUTADA FEDERAL VIVI REIS (PSOL – PA)
COMISSÃO ESPECIAL DE REVISÃO DA POLÍTICA DE COTAS

RELATÓRIO DA LEGISLATURA DA FPME

2019 a 2022

Sobre o relatório

O atual relatório tem o intuito de reunir os principais atos e ações da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), por meio de seus integrantes, durante os últimos 4 anos. A compilação tem por finalidade abreviar e facilitar a consulta às fontes de informação legislativa.

A proposta deste documento, dessa maneira, é promover a compilação dos trabalhos realizados no período citado, reunindo em um único texto todas as execuções ocorridas durante a sua vigência.

Objetivo

Padronizar a apresentação das atividades em um compilado e disponibilizar os textos das ações da legislatura para facilitar a consulta dos trabalhos realizados durante o período de existência da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME).

2019

• Abril

Lançamento da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME)

Com 301 Deputados e 38 senadores signatários, foi instalada, em 10 de Abril, a Frente Parlamentar Mista da Educação em solenidade na Câmara dos Deputados.

No ato de lançamento, a presidente da FPME, a deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), reforçou a missão da Frente na articulação de deputados e senadores em torno da Educação como foco de ações parlamentares, a fim de garantir que as crianças e os jovens tenham o direito a aprender com qualidade, além de permanecer na escola.

O secretário-geral da FPME, deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF), enfatizou a responsabilidade da iniciativa diante da falta de avanços nas políticas públicas educacionais.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Série de entrevistas #EducaçãoNaFrente, do Todos Pela Educação, com a presidente, os vices e os coordenadores da iniciativa.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) - vice-presidente de Educação Superior.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Maio

Ação
Série de entrevistas #EducaçãoNaFrente, do Todos Pela Educação, com a presidente, os vices e os coordenadores da iniciativa.

Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB-ES) - Comissão de Educação Especial
Para ler na íntegra, acesse aqui

Deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP) - Comissão Educação Técnica e Profissional
Para ler na íntegra, acesse aqui

Deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO) - presidente da FPME
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Agosto

Ação
A educação infantil foi o tema do Ciclo de Debates da Comissão de Educação em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Trabalho temático da Frente Parlamentar Mista da Educação debateu o "Ensino Técnico no contexto da Revolução Tecnológica". A deputada Tabata Amaral, da Comissão de Ensino Profissional e Tecnológico da Frente, ressaltou a importância de construir um ensino que prepare os jovens para enfrentar o mercado de trabalho.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de Debates da Comissão de Educação em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação. Palestra sobre Alfabetização e Ensino Fundamental no Brasil. A requerente foi a deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO).
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Setembro

Ação
Ciclo de Palestras realizado pela Frente Parlamentar Mista da Educação trata sobre o tema "A educação superior no Brasil", mediado pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
Frente defende que multa da Petrobras vá para educação
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A segunda edição do Seminário Colabora Educação debateu a organização da educação nacional e possibilidades de aperfeiçoamentos legais e normativos, além de políticas públicas executadas por diferentes entes federados em regime de colaboração.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A deputada professora Rosa Neide (PT-MT) reuniu em audiência pública convidados para debater o Sistema Nacional de Educação (SNE). O SNE institui a colaboração entre os níveis de governo, considerando as diferentes necessidades existentes com o objetivo de organizar responsabilidades e combater as desigualdades na educação brasileira.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O texto da proposta que torna o Fundeb permanente foi apresentado em primeira mão para os membros da Frente Parlamentar Mista da Educação pelos relatores no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, senador Flávio Arns (Rede-PR) e deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), respectivamente, na Casa da Educação - local para debates e discussões sobre políticas públicas para a educaçã.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Aula inaugural da Casa da Educação oferece programa de formação com encontros semanais voltados para debate e aprofundamento de temas centrais da educação para assessores dos parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Instalação da comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/19, sobre as despesas de Instituições Federais de Ensino, de autoria da deputada federal Luísa Canziani (PTB-PR) e relatoria da deputada Tabata Amaral (PDT-SP).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Relatora, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) ,apresenta proposta do novo Fundeb; texto amplia participação da União.
Para ler na íntegra, acesse aqui
Fonte: Agência Câmara Notícias

Ação
Proposto pela deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), o Seminário Marco Referencial Docente abordou referenciais para o avanço do tema e para a implantação do marco, que definirá conhecimentos e competências profissionais dos docentes como forma de nortear as políticas públicas.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Outubro

Ação
Apresentação do Projeto de Lei 5182/2019, de autoria deputada Luísa Canziani (PTB-PR), que conceitua os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE) como formas de colaboração instituída entre entes federados, com proximidade geográfica, para promover ações conjuntas e coordenadas.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Integrando a programação dos ciclos de palestras da Câmara dos Deputados, o debate realizado com mediação do deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), deu espaço para experiências do ensino em tempo integral no Ceará.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Frente Parlamentar Mista da Educação promoveu o Dia de Mobilização pela Educação. A iniciativa foi realizada para reforçar a educação como uma pauta prioritária e sensibilizar os parlamentares, governo, imprensa e sociedade para a importância de uma agenda permanente para esse tema.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Sessão solene em homenagem ao Dia do Professor foi realizada a partir de requerimento da Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), da Paula Belmonte, entre outros parlamentares.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de Palestras da Educação, mediado pela deputada Paula Belmonte (Cidadania – DF), aborda a atenção à criança com deficiência.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Educação profissional, transporte escolar e patrimônio histórico recebem emendas no Senado. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF), vice-presidente de Educação Superior da Frente, foi relator setorial na área de educação no Projeto de Lei Orçamentária 2020.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs) como formas de colaboração instituída entre entes federados, com proximidade geográfica, para promover ações conjuntas e coordenadas foi o assunto do almoço temático na Casa da Educação, organizado pela deputada Luísa Canziani (PTB-PR), coordenadora da Comissão de Arranjos Federativos de Educação da Frente.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Com a atuação da deputada Paula Belmonte (CIDADANIA/DF), que coordena a Comissão de Primeira Infância e Educação Infantil da Frente, e da senadora Leila Barros (PSB/DF), o Distrito Federal receberá 10 creches e investimento de 46 milhões para educação básica.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Senado homenageia professores em solenidade. Sessão especial foi presidida pelo senador Izalci (PSDB-DF)

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em parceria com a Frente Parlamentar Mista da Educação, discutiu a proposta que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (PEC 15/15).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Relatores da Câmara e Senado discutiram a aprovação do novo Fundeb. Na Câmara, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) é a relatora da PEC 15/15. No Senado, o relator de proposta semelhante (PEC 65/19) é o senador Flávio Arns (Rede-PR).

Para ler na íntegra, acesse aqui

• Novembro

Nota Oficial
Em defesa da Democracia brasileira.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O deputado federal Idilvan Alencar (PDT-CE) destinou R$ 4,8 milhões de emendas parlamentares à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para custear 140 vagas de mestrado para professores de quatro redes públicas de ensino do Ceará.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Projeto de Lei 212/19, que autoriza o abatimento no Imposto de Renda das doações a instituições que mantenham programas gratuitos de alfabetização de pessoas com mais de 14 anos, foi aprovado na Comissão de Educação da Câmara, com parecer favorável da deputada Tabata Amaral (PDT-SP).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão Especial do Fundeb (PEC 15/15) promoveu audiência pública para debater o novo modelo de financiamento do fundo com o diretor institucional do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), André Horta Melo. O pedido para o debate foi da relatora da proposta, deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

O orçamento de 2020 e a proposta que exclui a contribuição social do salário-educação da base de cálculo e dos limites estabelecidos no Novo Regime Fiscal (Teto de Gastos) foi o tema do almoço de trabalho da Frente Parlamentar Mista da Educação. O encontro foi conduzido pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF), que detalhou a proposta do Projeto de Lei n° 5695 de 2019, de sua autoria, que transfere a cota da União do Salário Educação para Estados e Municípios.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Câmara dos Deputados aprovou proposta que institui o período entre 2020 a 2021 como o "Biênio da Primeira Infância do Brasil", de autoria da deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF). O texto define primeira infância como os primeiros 6 anos completos ou 72 meses de vida da criança. O PL deu origem à Lei nº 13.960 de 2019.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Comissão de Educação da Câmara aprovou Projeto de Lei 5982/16, que estabelece regime escolar especial, nos ensinos básico e superior, para o atendimento de alunos em tratamento de saúde; mães lactantes; e pais e mães estudantes, cujos filhos tenham até três anos de idade. A proposta da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), teve parecer favorável do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Fonte: Agência Câmara

Ação

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou PL 6550/13, que cria o Programa Creche para Todos. O texto autoriza os governos dos estados, dos municípios e do Distrito Federal a firmarem convênios com creches privadas para garantir vagas para crianças de zero a três anos. O projeto é de autoria do deputado licenciado Onyx Lorenzoni, e recebeu parecer favorável do relator, deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, requerida pelo deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), abordou as escolas conveniadas e o vale-educação com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/19, que prioriza as crianças com deficiência no acesso à educação infantil. O relator, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), recomendou a aprovação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância chega em sua 7ª edição com uma programação que discute a colaboração como forma de dar prioridade ao tema. Participaram do evento a deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF), e a deputada Carmen Zanotto (CIDADANIA-SC), como mediadora.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Câmara dos Deputados aprovou a Comissão Externa da Primeira Infância, com seis parlamentares, para apurar a aplicação de políticas públicas para a fase que compreende do nascimento até os seis anos de vida. A deputada Paula Belmonte (CIDADANIA-DF) foi autora do requerimento.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal (CE) aprovou um projeto de lei do senador Flávio Arns (Rede-PR) que estabelece um padrão mínimo para as escolas de educação básica no país.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Biênio da Primeira Infância do Brasil foi o tema do almoço de trabalho da Frente Parlamentar Mista da Educação que aconteceu na Casa da Educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Agenda legislativa para o desenvolvimento social, com o objetivo de apresentar uma série de propostas voltadas ao combate à pobreza e à redução das desigualdades. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), designou um grupo de parlamentares, que vai ser coordenado pela deputada Tábata Amaral (PDT-SP), da Comissão de Ensino Técnico e Profissional da Frente, para apresentar um pacote de medidas legislativas.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A escola em tempo integral e os benefícios desse modelo foram o tema da aula de formação de assessores em políticas educacionais, na Casa da Educação, em Brasília.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou em caráter conclusivo proposta que prevê a inclusão de conteúdos relativos à prevenção de todas as formas de violência contra a mulher como temas transversais nos currículos da educação infantil e dos ensino fundamental e médio. A medida é Projeto de Lei 2805/15, da deputada Erika Kokay (PT-DF).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de palestras da Educação abordou os desafios e perspectivas da educação especial, que versa sobre o ensino voltado para pessoas com alguma deficiência intelectual ou física. O debate, promovido pela Frente Parlamentar Mista de Educação em parceria com a Comissão de Educação da Câmara, foi organizado pelo deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e mediado pela deputada Luísa Canziani (PTB-PR).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, ganhou mobilização para aprovar a PEC 15/2015, que tornou o fundo permanente. A relatoria foi da deputada Professora Dorinha Seabra (DEM-TO), presidente da FPME. O ato reuniu diversos parlamentares, entidades e movimentos sociais em defesa da continuidade e permanência do fundo.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados (Cedes) promoveu nova discussão sobre cidades inteligentes, o grupo que estuda o tema analisou as políticas públicas na área de educação. Angela Amin (PP-SC) estava entre os relatores.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou a Proposta de Emenda à Constituição 169/19, do deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM), que permite o acúmulo de cargo de professor com outro cargo de qualquer natureza. A relatora, Margarete Coelho (PP-PI), recomendou a aprovação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão de Educação promoveu mais um evento do ciclo de debates em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação. Tema: "Educação Pública: balanço, desafios e perspectivas". O evento tem a coordenação da deputada Professora Rosa Neide (PT-MT).
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Dezembro

Ação
A comissão externa criada na Câmara dos Deputados para acompanhar os trabalhos do Ministério da Educação reuniu-se para apresentação do parecer do relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES). O colegiado é coordenado pela deputada Tabata Amaral (PDT-SP).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Em audiência pública realizada na Comissão de Educação, da Câmara, especialistas mostraram números de redução de matrículas no ensino básico integral e de abandono escolar que fazem com que as metas do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 13.005/14, fiquem mais distantes. O deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) solicitou este debate.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O relator da comissão externa criada na Câmara dos Deputados para acompanhar os trabalhos do Ministério da Educação (MEC), deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), apresentou parecer. Com 268 páginas, avaliou o planejamento e a gestão do MEC como "muito aquém do esperado e insuficiente para dar conta dos desafios educacionais que se apresentam no País".
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Educação (MEC) reuniu avaliações e recomendações em sub-relatorias temáticas. Segundo o deputado Professor Israel Batista (PV-DF), sub-relator da formação de professores, entre os pontos problemáticos estão: a má qualidade dos cursos de licenciatura e pedagogia e o desrespeito aos docentes.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Execução (MEC), avaliou o planejamento estratégico da pasta, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE). O relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), apontou incapacidade de execução orçamentária da pasta e a falta de planejamento estratégico.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Paula Belmonte (Cidadania-DF), sub-relatora de exames, destacou que avaliações de desempenho de educação precisam melhorar. A equipe do Inep é muito pequena e é a mesma equipe que aplica o Enem e outras avaliações.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A audiência pública, na Comissão de Educação da Câmara, encerrou o trabalho de 2019 da Comissão de Arranjos Federativos da Frente Parlamentar Mista de Educação. O tema é destaque no Projeto de Lei 5.182/2019, de autoria da deputada Luísa Canziani, que estabelece com mais clareza as atribuições e responsabilidades de cada ente federado, além de normatizar as formas de interação para garantir a qualidade da oferta de ensino.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Comissão Externa que acompanhou os trabalhos do Ministério da Educação desde abril deste ano direcionou uma sub-relatoria dedicada ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), levantando gargalos e apontando recomendações.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
João Campos (PSB-PE), sub-relator do ensino superior e pesquisa, avaliou a atuação da pasta frente ao panorama de corte linear de 30% do orçamento discricionário das universidades e Institutos Federais (IFs) em 2019.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), sub-relator do orçamento, apontou que contingenciamento prejudicou metas do PNE.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Relatório da Comissão Externa de acompanhamento do MEC é aprovado na Câmara. Câmara aprovou, por unanimidade, o relatório final que reúne avaliações e 54 sugestões para melhorar a atuação da pasta.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Membros da Frente Parlamentar Mista da Educação questionam o ministro da Educação, Abraham Weintraub, na Câmara.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Relatório de acompanhamento do MEC, que reúne diagnóstico e recomendações para melhorar a atuação da pasta, foi entregue na Comissão de Educação da Câmara. Grupo de parlamentares, com membros da Frente, acompanhou a atuação do MEC, realizou 12 visitas técnicas, nove audiências públicas e 38 requerimentos de informação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Câmara dos Deputados analisou a Proposta de Emenda à Constituição 227/19, que destina 10% das emendas individuais dos parlamentares ao projeto de lei orçamentária para financiar ações e serviços públicos de manutenção e desenvolvimento do ensino. A autoria do PL é do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) e a relatoria foi do deputado Felipe Rigoni (PSB-ES).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Com parecer da relatora, a deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), a Comissão de Educação da Câmara aprovou proposta que institui a Semana de Combate à Violência contra a Mulher nas escolas, a ser realizada anualmente em março.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado realizou anualmente a avaliação de uma política pública de sua área temática, e neste ano a escolhida foi o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O relatório foi presidido pelo senador Dário Berger (MDB-SC), com relatoria do senador Flávio Arns (REDE-PR).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

O Projeto de Lei 6461/19, que institui o Estatuto do Aprendiz, estabelece um novo marco legal para o trabalho de jovens entre 14 e 24 anos, como: condições sobre os contratos de trabalho e cotas para contratação. A proposta é de autoria do deputado André de Paula (PSD-PE) e mais 25 parlamentares.

Para ler na íntegra, acesse aqui

2020

• Janeiro

Ação
O Projeto de Lei 5352/19 considera ato discriminatório à pessoa com deficiência dificultar a matrícula em instituições públicas ou privadas de qualquer nível e modalidade de ensino. O texto tramita na Câmara dos Deputados. A deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP) é autora do projeto.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 6223/19 prioriza programas e projetos da primeira infância na aplicação dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), que também é conhecida como royalties da mineração. Autora da proposta é a deputada Paula Belmonte (Cidadania-DF).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 6453/19 prevê que cursos de formação de pilotos de aeronaves, comissário de voo e mecânico de voo sejam custeados pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). O autor da proposta é o deputado JHC (PSB-AL).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 5665/19 altera a Lei do Estágio para permitir a compensação de créditos tributários por empresas que comprovarem a compra de livros acadêmicos para estagiários. Autor do projeto é o deputado JHC (PSB-AL).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 5949/19 autoriza o Poder Executivo a criar cadernetas de poupança para alunos de baixa renda de escolas públicas regulares, a serem resgatadas na conclusão do ensino médio. O autor da proposta é o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 5418/19 cria a Política Nacional de Prevenção e de Combate à Violência contra a Mulher na educação superior pública federal (Pnae-M). Autoria do deputado Bosco Costa (PL-SE).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 5733/19 determina que pelo menos 60% dos recursos oriundos de precatórios do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) deverão ser rateados entre os professores da educação básica da rede pública do ente (estado ou município) beneficiado. A autoria é do deputado Bacelar (Pode-BA).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 6124/19 define as instituições comunitárias de ensino como aquelas instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas, sem fins lucrativos, podendo ser também religiosas. A proposta é da deputada Chris Tonietto (PSL-RJ).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Proposta de Emenda à Constituição 220/19 estabelece como teto da remuneração do serviço público o salário de professor universitário titular doutor com dedicação exclusiva da rede federal de ensino. Atualmente, funciona como parâmetro para o teto o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal. O texto é do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 6258/19 torna obrigatório o ensino de literatura regional e local nos cursos de Letras das universidades públicas federais, a fim de valorizar a cultura dos estados brasileiros. A proposta é do deputado Capitão Wagner (Pros-CE).
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Fevereiro

Ação
O Projeto de Lei 6290/19 estende às empresas juniores ligadas a escolas de educação técnica profissional de nível médio o disposto na Lei 13.267/16, que trata do mesmo tipo de empresa, só que vinculadas a instituições de ensino superior. A proposta é do deputado Professor Israel Batista (PV-DF).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Cerca de vinte deputados e dois senadores de vários partidos de oposição apresentaram, no Supremo Tribunal Federal (STF), denúncia em que acusam o ministro da Educação, Abraham Weintraub, de crime de responsabilidade. O grupo é liderado pelos deputados Tabata Amaral (PDT-SP) e Felipe Rigoni (PSB-ES), membros da FPME, e respectivamente coordenadora e o relator de comissão externa da Câmara que apontou falhas nas políticas públicas geridas pelo MEC.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
De relatoria da deputada Luísa Canziani, aprovação da MP 934, transformada na Lei nº 14040, estabelece normas excepcionais para o ano letivo da educação básica. Trabalho da Frente e seus parlamentares para garantir maior flexibilidade para as redes de ensino oferecerem o ensino remoto.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Março

Ação
Proposta de emenda à Constituição (PEC 15/15) destina mais dinheiro do governo federal ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Esses recursos aumentarão gradativamente nos próximos anos para até 20% do total em 2026. Atualmente, o governo federal é responsável por 10% dos recursos. A PEC beneficia mais os estados que têm maior desigualdade na educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Abril

Nota Oficial
O novo FUNDEB precisa ser aprovado em 2020 para evitar o aprofundamento das desigualdades em virtude da crise do COVID-19
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
Manter os prazos do ENEM em 2020 prejudicará os alunos que estão em casa em virtude das medidas de enfrentamento ao COVID-19.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
FPME repudia a fala do Ministro da Educação e defende o respeito às orientações da OMS e à Democracia
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Aprovação da Lei nº 13.987 que autoriza em caráter excepcional do repasse aos pais e responsáveis dos estudantes o valor da alimentação e a distribuição de gêneros alimentícios referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Maio

Ação
#AdiaEnem Frente Parlamentar Mista da Educação se mobilizou pelo adiamento do ENEM. Contrários à decisão do MEC de manter a data das provas, parlamentares de 12 partidos articularam mobilização nas redes sociais pedindo anulação do edital em razão do cenário de crise da Covid-1
Para ler na íntegra, acesse aqui

Exemplos da mobilização on-line realizada nas redes sociais

#AdiaEnem "Manter o ENEM é ampliar o fosso das desigualdades na Educação já tão latente no nosso país." afirma o secretário-geral da FPME, deputado federal Professor Israel Batista (PV-DF).
Para ler na íntegra, acesse aqui

#AdiaEnem "O ENEM é tanto o fim de uma etapa como o início de outra. Aos aprovados, o ENEM marca a conclusão do Ensino Médio, uma conquista ainda importante no Brasil", deputada federal Tabata Amaral (PDT-SP).
Para ler na íntegra, acesse aqui

#AdiaEnem "É verdade que adiar o ENEM traz uma série de dificuldades: replanejar uma operação complexa, com uma logística desafiadora e alto nível de segurança das provas. Também por essa razão, é melhor adiar logo para que o novo planejamento comece o quanto antes", deputado federal Felipe Rigone (PSB-ES).
Para ler na íntegra, acesse aqui

#AdiaEnem "É preciso também coordenar com as instituições de ensino superior, para garantir que o início do ano letivo de 2021 seja compatível com uma nova data do ENEM 2020. Se isso não for feito, aprovados no ENEM poderiam não conseguir ingressar nos cursos superiores ano que vem", deputada federal Luísa Canziani (PTB-PR).
Para ler na íntegra, acesse aqui

#AdiaEnem "E tudo isso precisa ser feito pelo Ministério da Educação, responsável por coordenar a política nacional de educação, e pelo INEP, órgão do MEC encarregado do ENEM", deputada federal Rose Modesto (PSDB/MS).
Para ler na íntegra, acesse aqui

#AdiaEnem "O ENEM é um direito, um serviço público e, portanto, tem que seguir todos os princípios constitucionais, inclusive o da igualdade", senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Parlamentares da FPME e entidades debateram, na Câmara, a duração do ano letivo. A deputada federal Luísa Canziani (PTB-PR) foi a relatora da Medida Provisória 934/2020, que flexibilizou a duração do ano letivo.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Campanha nas redes da FPME com nove dicas para os responsáveis de crianças e jovens que estão em casa, por conta da pandemia da Covid-19. O material do Todos Pela Educação foi feito pelas especialistas: a presidente-executiva do Todos, Priscila Cruz, e as educadoras e fundadoras da SOS Educação, Roberta e Taís Bento, que preparam o conteúdo para os responsáveis não se sentirem perdidos durante o período.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Junho

Ação
O diretor de Estratégia Política da organização Todos Pela Educação, João Marcelo Borges, após a reunião da Frente Parlamentar Mista pela Educação, elogiou o deputado federal Idilvan Alencar (PDT-CE) pela sua poderosa intervenção, quando citou o papel das organizações do Terceiro Setor no cenário atual da educação no país.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Frente Parlamentar Mista Pela Educação realizou a sexta reunião com deputados integrantes e convidados de fundações, sociedade civil e representantes representantes do Terceiro Setor. Foram debatidas propostas sobre a volta às aulas e medidas que precisam ser tomadas para que o retorno seja seguro para todos.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Julho

Ação
O Webinar Educação Pós-pandemia, realizado pela Comissão Externa de Acompanhamento dos Trabalhos do MEC, formada por deputados integrantes da Frente Parlamentar Mista da Educação, teve como objetivo oferecer soluções para a educação brasileira. O evento contou com a presença de seis ex-ministros da Educação de diferentes governos: Hugo Napoleão, Cristóvam Buarque, Cid Gomes, Mendonça Filho, Renato Janine e Ricardo Vélez.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Parlamentares que fazem parte da Frente Parlamentar Mista de Educação se mobilizaram virtualmente por meio de um vídeo que faz parte da campanha "Vota Fundeb". O objetivo é pressionar o Congresso Nacional a torná-lo permanente na Constituição Federal, ainda este ano, pois o atual Fundeb tem validade somente até o dia 31 de dezembro.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A educação brasileira viveu um dia histórico, com a aprovação, em dois turnos, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 15/2015) que institui o novo Fundeb. Desenhado desde 2015, o texto foi construído ao longo de centenas de debates, discussões oitivas públicas e grande participação de entidades da educação, especialistas, fundações, institutos e parlamentares por meio da atuação incessante da Frente Parlamentar Mista da Educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Agosto

Ação
Ganhadora do prêmio Nobel da Paz, Malala defende o novo Fundeb. Em entrevista à BBC News Brasil, a jovem recém-formada em Filosofia, Política e Economia pela Universidade de Oxford, Malala entende que só com uma defesa enfática do Novo Fundeb será possível ter um instrumento de democratização do ensino no País. "É animador ver que estamos chegando perto de diminuir as diferenças na educação para milhões de meninas do Brasil", disse Malala.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Deputados federais da FPME receberam o Prêmio Congresso em Foco 2020, o "Oscar" da política, na categoria "Defesa da Educação", segundo escolha do Júri Especializado, formado por representantes de quatro segmentos da sociedade.

A categoria "Defesa da Educação" foi criada pelo Prêmio Congresso em Foco em parceria com o Todos Pela Educação, com o objetivo de reconhecer o trabalho dos parlamentares que atuam na luta pela educação no país.

Os parlamentares premiados foram:
1º – Deputada Luísa Canziani (PTB-PR)
2º – Deputada Tabata Amaral (PDT-SP)
3º – Deputado Professor Israel (PV-DF)
4º – Deputado Raul Henry (MDB – PE)
5º – Deputado Pedro Cunha Lima (PSDB – PB)
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Setembro

Nota Oficial
Fundeb não pode ser usado para financiar programa de transferência de renda (Renda Cidadã).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME promoveu Semana da Luta da Pessoa com Deficiência.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Outubro

Ação
Os relatores do Fundeb no Senado e na Câmara fizeram críticas à nova proposta do governo para o projeto Renda Cidadã, que retiraria recursos do Fundeb para investir no programa social. Em entrevista ao jornal O Globo, Flávio Arns (Podemos-PR), relator do Fundeb no Senado, disse que o projeto é "absurdo completo, lastimável e impensável". Já a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora do Fundeb na Câmara, entende que a proposta do governo é ilegal, porque não é permitido direcionar verbas da educação para assistência social. Fonte: Uol.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) apresentou ao Senado um projeto de decreto legislativo (PDL 437/2020) para sustar os efeitos do decreto 10.502, editado pelo presidente Jair Bolsonaro que criou a PNEE (Política Nacional de Educação Especial). Para os senadores, a PNEE fere a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência — que tem força de lei no Brasil pelo Decreto Legislativo 186, de 2018, e pelo Decreto 6.949, de 2009. Também entenderam que o decreto de Bolsonaro contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido também como Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2018).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Seminário on-line discutiu a aprovação do Fundeb. Participaram do evento o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Felipe Rigone (PSB-ES), relator da regulamentação do Fundeb, a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), autora do projeto de regulamentação e relatora do Fundeb, e a presidente do Todos Pela Educação, Câmara, Priscila Cruz. Fonte: Congresso em Foco
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Seminário on-line discutiu a aprovação do Fundeb. Participaram do evento o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o deputado Felipe Rigone (PSB-ES), relator da regulamentação do Fundeb, a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), autora do projeto de regulamentação e relatora do Fundeb, e a presidente do Todos Pela Educação, Câmara, Priscila Cruz. Fonte: Congresso em Foco
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Novembro

Ação
FPME defende aplicação de recursos do FUST para Educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Dezembro

Ação
Frente Parlamentar Mista de Educação (FPME) realizou uma live com o tema: "Os avanços da Frente e as perspectivas para o ano que vem". Participação de deputados e senadores da bancada da educação no Congresso Nacional e a presidente do Todos pela Educação, Priscila Cruz, além da jornalista Ana Paula Lisboa, do jornal Correio Braziliense, que mediou o bate-papo. Durante a transmissão, foram abordados assuntos relevantes sobre a educação em 2020.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Aprovação do PL 3477/2020 (Lei da Conectividade), que deu origem à Lei nº 14.172/2021 para garantir acesso à internet, para 18 milhões de estudantes em situação de pobreza e vulnerabilidade, cadastrados no CadÚnico, e para professores da Educação Básica pública.

Para ler na íntegra, acesse aqui

2021

• Janeiro

Nota Oficial
Após desorganização e falta de logística diante a pandemia de Covid, FPME exige transparência sobre prejuízo a estudantes em aplicação do ENEM.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
FPME apoia movimento por atualização de norma para aprendizagem profissional, que acompanhe as mudanças ocorridas no mundo do trabalho.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
1ª Edição Blitz do Enem. A FPME realizou transmissão ao vivo para acompanhar denúncias de candidatos sobre aglomerações e possíveis erros durante a aplicação do segundo dia de provas do Enem. A ação, conhecida como "Blitz On-line", foi conduzida pelo deputado e secretário-geral da Frente, Israel Batista (PV-DF), e contou com a participação de especialistas e parlamentares de diferentes partidos e estados. Uma das ações mais importantes foi o acompanhamento constante da hashtag #EnemnaFrente, utilizada para monitorar denúncias de candidatos nas redes sociais, em tempo real.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Após Blitz, FPME investigou denúncias, críticas e omissão por parte do MEC e Inep na realização do ENEM.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Movimento "Vacinação Já" foi lançado através de live, cobrando a inclusão dos profissionais da saúde no grupo prioritário no plano de vacinação. Com iminente chegada da vacina contra a Covid-19 e a preparação para retomada dos diversos setores da população que foram prejudicados pela pandemia, o Brasil passou por momento de apreensão com a estratégia que seria tomada, seja na prioridade da vacinação e também no retorno das atividades
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Fevereiro

Ação
PEC Emergencial 186/2019 extinguindo subvinculação dos recursos à manutenção e desenvolvimento do ensino para União, Estados e Municípios preocupou FPME que, em nota, alegou ser "inaceitável que, após a aprovação histórica e unânime do Fundeb pelo Congresso Nacional em 2020, se coloque em risco o financiamento da educação básica, ainda mais em virtude de uma pressão emergencial. É importante que o Congresso seja coerente com seu posicionamento na votação do Fundeb e rejeite qualquer tentativa de desvincular ou unificar os pisos constitucionais da saúde e educação"
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de debates em parceria da FPME com ANEBHI sobre atuação do Congresso na educação básica.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de Debates: Arranjos Federativos. Participação: Deputada Professora Dorinha, Senador Izalci Lucas, o Ex-Ministro da Educação Mendoça Filho, a Presidente da Anebhi, Maria Inês Fini e o Vice-Presidente da Anebhi, Renato Casagrande.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de Debates: Formação de professores/alfabetização. Participação: o membro do movimento Todos Pela Educação, Emilio Munaro, o deputado Idilvan Alencar, a líder do Movimento pela Base, Alice Andrés, A doutora em Educação, Guiomar Namo de Mello, o Membro do Conselho Nacional de Educação, Mozart Neves, a professora, Zuleika Murrie, Deputado Luizão Goulart, o ex-presidente do INEP, Chico Soares e coordenação do colunista da Folha, Alexandre Schneider.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de Debates: Primeira Infância e Educação Infantil: recursos e formação de professores. Participação: a doutora em Psicologia Educacional, Andrea Patappoff, a doutora em Educação, Jussara Tortella e a deputada Paula Belmonte com coordenação de Gisela Washopp.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de Debates: Ensino Médio e Educação Profissional. Participação: doutor em educação, Fernando L. Prado, o mestre em educação, Almerio M. Araújo e deputado Israel Batista com a coordenação de Ricardo Henriques.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Ciclo de Debates: Educação especial e de indígenas. Participação: a especialista em gestão educacional, Marialba Garcia, a pedagoga Suely Menezes e o deputado Felipe Rigoni Coordenação da PHD, Windz Ferreira.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Luta vencida: profissionais da educação entram em grupo prioritário no Plano Nacional de Imunização, após muita pressão e grande esforço conjunto para repercussão nos grandes portais de notícia do país. A MP da Vacina, que foi aprovada pelo senado no período, tem uma emenda de autoria da Deputada Federal Tabata Amaral (PDT-SP).
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Março

Nota Oficial

Congresso trabalhará para derrubar veto do presidente a projeto que garante recursos para conectividade na educação e combate a desigualdade em meio a pandemia
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial

FUST deve ser preservado para enfrentar desigualdade digital. O substitutivo da PEC 186/19, que incorporou aspectos da PEC 187/19 (Fundos) e 188/19 (Desvinculação do piso de educação), mantém a previsão constitucional atual sobre educação e saúde e estabelece limitação de benefícios tributários, entre outros aspectos. Além disso, prevê que o saldo do superávit de fundos públicos poderá ser usado para cobrir o déficit fiscal causado pela pandemia do Covid-19. Entre eles, está o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST). O FUST era estratégico, se não essencial, para avançar na conectividade de escolas no período. Sem ele, o abismo da desigualdade de oportunidades entre as crianças e jovens só aumentaria.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Por unanimidade, Professora Dorinha (DEM - TO) é eleita para comandar a Comissão de Educação na Câmara.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME) elegeu como presidente o Deputado Federal Israel Batista (PV-DF). O Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) continua na Vice-Presidência da Educação Superior e a Secretaria-Geral fica na responsabilidade da Deputada Luísa Canziani (PTB-PR).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Em sessão da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, membros da Frente Parlamentar Mista da Educação cobraram Milton Ribeiro, ministro da Educação, sobre veto do presidente Jair Bolsonaro ao Projeto de Lei nº 3477/2020, que garantiria R$ 3,5 bilhões de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para investimentos em conectividade na educação básica pública.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Abril

Ação
Comissão de Educação aprovou pedido de audiência pública para tratar práticas de ensino remoto para regulamentação do PL da Conectividade. Apresentação do Requerimento de Audiência Pública n. 69/2021, pela Deputada Tabata Amaral (PDT-SP): "Audiência Pública para tratar do PL 3477/20, que 'Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.'
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Professor Israel Batista (PV-DF), Idilvan Alencar (PDT-CE) e Tabata Amaral (PDT-SP), integrantes da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), se pronunciaram sobre o novo erro relacionado ao repasse do Fundeb.

Ação
Representantes do governo federal e de entidades nacionais, estaduais e municipais da área de educação divergiram sobre regulamentação do ensino domiciliar no Brasil, também conhecido pelo termo em inglês "homeschooling". Eles participaram do primeiro ciclo de debates promovido pela relatora dos projetos de lei sobre o tema, deputada Luísa Canziani (PTB-PR). Para presidente da FPME, deputado Israel Batista, após iniciar as etapas de universalização e de formação de professores, o Brasil deveria ter como foco a melhoria da qualidade do ensino e não priorizar o ensino domiciliar.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Os desafios da escola pública na pandemia. Participação: Dep. Israel Batista, Professora da Educação Básica Gina Vieira e Representante do SAE-DF Carlos Oliveira
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Maio

Nota Oficial
FPME se mostra preocupada com a indefinição em relação ao ENEM 2021.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
FPME teme que exoneração de diretor do ENEM acarrete na descontinuidade do processo de planejamento do exame.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Professor Israel Batista envia requerimento questionando o MEC sobre não publicar estudo de política de alfabetização. O estudo "Avaliação Econômica do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" foi feito pelo servidor do Inep Alexandre dos Santos e pelo economista da Fundação Getúlio Vargas Renan Pieri. Documento protocolado por presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação pede esclarecimentos sobre a suspensão da publicação do estudo, que mostrava impactos positivos de uma política de alfabetização, implantada em 2012
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME pede isenção de taxa de inscrição do ENEM para estudantes que faltaram a prova em 2020 devido às circunstâncias da pandemia.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Após mobilização da FPME, Ministério da Saúde anunciou a autorização do início da vacinação contra a Covid-19 para os profissionais da Educação.

Ação
Apresentação da articulação #TsunamidaEducação. Participação: dep. Israel Batista, dep. Tabata Amaral, Prof. Dorinha e Rozana Barroso Presidente da Ubes. Na live, parlamentares explicam articulação na Câmara dos Deputados pela aprovação de projetos da educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Junho

Nota Oficial
FPME apoia pacto nacional pelo retorno gradual, seguro e efetivo às aulas presenciais.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O presidente da FPME, dep. Professor Israel Batista, defendeu os servidores públicos da Educação após crítica do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante participação na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
#TsunamidaEducação a favor da Conectividade #DerrubaVetoPL3477

Ação
FPME pede explicações ao presidente do INEP referentes ao instituto, ENEM e Saeb durante audiência pública. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou a audiência pública "A importância do Inep e como fortalecer a instituição", que foi conduzida pelo deputado federal Idilvan Alencar, coordenador da Comissão de Ensino Médio e Ensino Técnico e Profissional da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Vacinação de profissionais da educação é urgente, aponta debate. Acelerar a vacinação dos profissionais de educação é urgente, para que não se agrave o prejuízo pedagógico provocado pela pandemia do novo coronavírus. O apelo foi feito por especialistas e senadores, em audiência pública interativa desta segunda da Comissão Temporária Covid-19 (CTCOVID-19). "O maior desafio do ensino médio vai ser trazer de volta os alunos. Há um desestímulo completo. Os jovens não veem nessa escola que está aí perspectiva de futuro", disse Izalci Lucas (PSDB-DF).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Regime de colaboração no Estado do Maranhão tem a acrescentar na discussão do Sistema Nacional de Educação. Participação em live: dep. Idilvan, Felipe Camarão, secretário da Educação do Estado do Maranhão, e Flávio Dino, governador do Maranhão
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Benefícios do SNE para políticas educacionais como o Enem. Participação dos deputados Professor Israel Batista, presidente da FPME, e Idilvan Alencar, Coordenador da Comissão de Ensino Médio e Ensino Técnico e Profissional da Frente, e da presidente da Ubes, Rozana Barroso.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Julho

Nota Oficial
FPME repudia ação judicial do governo no STF contra lei da conectividade que assegura acessibilidade a estudantes e educadores.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
Baixo número de inscrições no ENEM é reflexo do descaso do governo com estudantes de baixa renda.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Por meio do Twittaço #ConectividadeSIM, foi feito apelo para que STF garantisse a vigência da lei de acesso à internet que beneficia milhões de estudantes.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O programa Profissão Repórter, da TV Globo, fez reportagem especial mostrando as articulações no Congresso sobre o projeto de lei que regulamenta o ensino domiciliar. Pauta construída pela FPME com a participação do presidente do colegiado, deputado Professor Israel Batista (PSB-DF) e da secretária-geral, deputada Luísa Canziani (PTB/PR).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Levantamento da FPME revela que bolsas do ProUni diminuíram quase 1/3 em um ano. O número de bolsas ofertadas pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) teve redução de 29,5%, na comparação com 2020. Foram abertas na soma do primeiro e do segundo semestre de 2021 296,3 mil vagas para bolsas do ProUni, a menor quantidade desde 2013. No ano passado, o total chegou a 420,3 mil. A redução reflete efeitos da crise econômica causada pela pandemia.
O levantamento sobre a queda da oferta foi realizado pela FPME e obtido pelo Estadão. Considera tanto bolsas parciais quanto integrais. Em relação às bolsas integrais, foram oferecidas 146,3 mil em 2021 – uma queda de 20% em relação às 182,9 mil de 2020. No caso das parciais, a redução foi ainda maior, de 36,8%.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Frente Parlamentar Mista da Educação promoveu debate tendo o Sistema Nacional de Educação (SNE) como tema, mais especificamente no recorte da educação escolar indígena. Mediação do presidente da Frente, deputado federal Professor Israel Batista, e participação da deputada federal Joenia Wapichana, da professora Rita Potyguara e do deputado federal Idilvan Alencar.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Live sobre diminuição de bolsas do ProUni. Participação: Prof. Israel Batista, Bruna Brelaz (UNE) e Rozana Barroso (UBES).
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Agosto

Nota Oficial
Frentes em defesa da educação vão lutar contra MP que retira prazo do repasse da União para garantir internet aos estudantes e professores.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
A MP 1060/2021 que altera a Lei da Conectividade deve ser devolvida pelo presidente do Congresso Nacional pois viola as prerrogativas do poder legislativo.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Instituto Unibanco e FPME realizam webnários sobre atuação do legislativo federal na educação. A série de webinários "O protagonismo do legislativo e os planos para educação" discute os projetos de lei focados no enfrentamento aos impactos da pandemia na educação, planejamento para a volta às aulas presenciais e combate à evasão escolar, além da instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE). Abertos ao público, os eventos online integram o Ciclo de webinários "Educação para Juventudes", transmitido no canal do Instituto Unibanco no YouTube.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME promoveu live para lançar a iniciativa Blitz Retorno Seguro. O encontro teve como objetivo anunciar o projeto que monitorar a retomada das atividades presenciais nas escolas públicas do Brasil.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME e Comissão de Educação pressionaram Ministério das Comunicações em relação ao 5G nas escolas.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Coordenador da FPME, Idilvan Alencar (PDT-CE) propôs Plano Emergencial de Enfrentamento na Educação para diminuir perdas na aprendizagem relacionadas à pandemia de Covid-19.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Integrantes do FPME rebateram fala do ministro da Educação, Milton Ribeiro, e reforçaram importância da isenção da taxa de inscrição do ENEM.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Membros da FPME encontraram com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para pedir para pedir cumprimento da Lei da Conectividade.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Setembro

Ação
Prof. Israel Batista, presidente da FPME, se reúne com conselheiro da Anatel para pedido de conectividade nas escolas públicas.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME pediu esclarecimentos ao Inep sobre o BNI e Enem 2021.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Vice-presidente da FPME cobra ministro da Educação sobre Lei da Conectividade.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Presidente da FPME, Prof. Israel Batista visitou escola em São Paulo, com programa de combate à evasão escolar. A Escola Estadual Professor Luiz Gonzaga Pinto e Silva, no Jardim São Luís, em São Paulo, atende alunos dos ensinos Fundamental, Médio e Especial. Batista esteve acompanhado da secretária executiva da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Professora Renilda Peres de Lima. O objetivo da visita foi conhecer os programas de combate à evasão escolar, com busca ativa de estudantes.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

As frentes parlamentares Mista da Educação (FPME), em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação, em Defesa dos Institutos Federais e Pela Valorização das Universidades Federais se reuniram para debater a recomposição do orçamento das universidades e dos institutos federais para 2021 e 2022. O objetivo foi ouvir os reitores e iniciar uma mobilização para conseguir solucionar a situação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Escolas públicas obtêm vitória no edital do 5G. O edital estabelece a obrigatoriedade de cobertura de internet de todas as escolas de ensino básico até 2024. A medida atende a uma recomendação do Tribunal de Contas da União, após um pedido da FMPE.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Deputados federais e coordenadores da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), Tiago Mitraud (NOVO-MG) e Paula Belmonte (Cidadania-DF) comandaram a audiência pública "Modelos de parceria na educação infantil". O debate foi uma realização da Comissão Externa Políticas Para Primeira Infância e da FPME.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Membros da Frente se mobilizaram e Câmara aprovou urgência da Política Nacional de Educação Digital.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Debate Sistema Nacional de Educação e Alfabetização. A regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE) estava entre as pautas prioritárias da Frente Parlamentar Mista da Educação e tema foi debatido em mais uma live promovida pela FPME transmitida pelas redes sociais.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Live sobre educação inclusiva: Semana Nacional de luta da pessoa com deficiência.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Outubro

Ação
FPME cobra posicionamento sobre redução orçamentária do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Presidente do FPME e membros da Mesa Diretora vencem o Prêmio Congresso em Foco 2021. A categoria "Defesa da Educação" foi criada pelo Prêmio Congresso em Foco em parceria com o Todos Pela Educação, com o objetivo de reconhecer o trabalho dos parlamentares que atuam na luta pela educação no país. Os parlamentares da Frente premiados foram:

1º – Deputada Luísa Canziani (PTB-PR)
2º – Deputada Tabata Amaral (PDT-SP)
3º – Deputado Professor Israel (PV-DF)
4º – Deputado Raul Henry (MDB – PE)
5º – Deputado Pedro Cunha Lima (PSDB – PB)

Prêmio é considerado o "Oscar da política".
Para ler na íntegra, acesse aqui
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Relatório do SNE é momento histórico para educação brasileira. A FPME lançou, em Brasília, o relatório do PLP 25/2019, de autoria da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (apensados PLP 47/2019, do dep. Pedro Cunha Lima (PSDB/PB), PLP 216/2019, da Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT) e PLP 267/2020, da Dep. Rose Modesto (PSDB/MS). O texto, construído pelo deputado Idilvan Alencar (PDT/CE), trata do Sistema Nacional de Educação (SNE), demanda prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), e vai regular os papéis dos entes federados em relação à educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

FPME debateu o SNE e BNCC. Participação: deputada federal Luísa Canziani, que é secretária-geral da FPME. A conversa contou também com participação de Eduardo Deschamps, ex-presidente do CNE, e Humberto Gonzaga, presidente da UNCME.
Para ler na íntegra, acesse aqui
Para ler na íntegra, acesse aqu

• Novembro

Nota Oficial
Exoneração e falta de respeito com o corpo técnico do INEP colocam ENEM em risco a duas semanas da prova.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
Saída de pesquisadores da função da avaliação da CAPES por falta de apoio para o trabalho é preocupante.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Internet 5G beneficiará escolas do ensino básico até 2024. Começou no auditório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o leilão das frequências que serão usadas na quinta geração de internet móvel, o 5G. Considerado grande marco tecnológico, o serviço oferecerá benefícios para diversos setores, sobretudo o da educação. O edital estabelece a obrigatoriedade de cobertura de internet de todas as escolas de ensino básico até 2024. A medida atende uma recomendação do Tribunal de Contas da União, a pedido da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME). Ainda será criado um grupo específico para acompanhar a execução da conectividade dos estudantes da rede pública de ensino.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME apresentou requerimento solicitando convocação do ministro da Educação para esclarecimentos referentes às denúncias de assédio moral e as exonerações de servidores do Inep.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME se reuniu para debater exonerações do Inep.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Na Comissão da Educação da Câmara, ministro da Educação garantiu realização do Enem, mas não responde sobre denúncias de servidores do INEP.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Senador Izalci questiona presidente do Inep sobre interferência do Planalto no Enem. A Comissão do Futuro, no Senado Federal, recebeu o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Danilo Dupas. O presidente da Comissão e vice-presidente da FPME, Izalci Lucas (PSDB-DF), questionou o dirigente sobre as declarações do presidente Bolsonaro que indicaram interferência ideológica nas questões do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME apresenta realização de nova Blitz do Enem em coletiva de imprensa.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Blitz da FPME monitora aplicação de provas do ENEM. No primeiro dia de aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a FPME realizou a segunda edição da Blitz #EnemNaFrente. Durante todo o dia, a FPME disponibilizou canais de denúncias em caso de intercorrências. Entre as denúncias, um vazamento de imagens da prova antes do horário permitido, que foi encaminhado para investigação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
Para ler na íntegra, acesse aqui
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Comissão de Educação do Senado Federal aprovou, por unanimidade, o PLP 253/2019, que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE). A votação foi simbólica e sem emenda ao relatório na Comissão. Matéria segue para decisão final em Plenário, em regime de urgência, conforme solicitou o relator, senador Dario Berger (MDB-SC). O SNE deveria ser criado até junho de 2016, como previsto no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/ 2014). É essa omissão que o PLP, de autoria do senador Flávio Arns (Podemos-PR), busca corrigir. O programa tem o objetivo de alinhar e harmonizar políticas, programas e ações da União, dos estados e dos municípios na área, em articulação colaborativa.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

GT do acompanhamento do Enem apresentou plano de trabalho. Grupo composto por deputados e senadores – incluindo integrantes da FPME –, se reuniu para estruturar GT que irá acompanhar tanto o ENEM quanto a crise no Inep. Os trabalhos dos parlamentares serão aplicados de forma direta e transparente para apurar e esclarecer quais foram as situações e de onde surgiram as decisões que impactaram negativamente na administração e autonomia do órgão.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Após novo episódio de demissão coletiva, FPME pede esclarecimentos ao MEC e à Capes. Por meio do deputado Professor Israel Batista (PV-DF), a Frente protocolou requerimento 1400/2021, na Câmara dos Deputados, que pede esclarecimentos ao Ministério da Educação, à presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Claudia Toledo, ao diretor de avaliação da Capes, Flávio Camargo, quanto a situação envolvendo a renúncia de seis coordenadores e 46 consultores de diferentes áreas de avaliação da Capes. A medida pretendeu apurar denúncias de "falta de apoio e respaldo ao trabalho de avaliação dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior, particularmente de pós-graduação", feitas pelos servidores.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME e GT de acompanhamento do Enem debatem ocorrências do segundo dia de prova.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Debate dos 10 anos da Lei de Cotas. Participação: dep. Bira do Pindaré, o reitor da universidade Zumbi dos Palmares José Vicente e a professora Gina Vieira. O Novembro Negro e a Lei de Cotas foram debatidos pelo deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), coordenador da Comissão Especial da Política de Cotas da Frente, que recebeu o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e a professora Gina Vieira.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Dezembro

Ação
Comissão de Educação da Câmara aprova relatório do SNE. Em mais um avanço histórico para a Educação brasileira, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou relatório do Projeto de Lei Complementar 25/2019, que institui o Sistema Nacional de Educação, do deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), que é coordenador de Ensino Médio da FPME.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli determinou prazo de 90 dias para a transferência dos R$3,5 bilhões em recursos para estados e municípios para garantir o acesso à internet aos alunos e professores das redes públicas de educação básica. O projeto foi uma iniciativa de diversos parlamentares da FPME e, após aprovação no Congresso, havia sido vetado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

MP publicada no DOU repassa R$3,5 bi para conectividade na Educação. A mobilização para assegurar uma maior conectividade para professores e alunos da Educação Básica de escolas públicas está mais próxima de conseguir seu objetivo: o repasse de R$3,5 bilhões a estados e Distrito Federal que vai disponibilizar o acesso à internet para esse público. O governo federal publicou edição extra do Diário Oficial da União com medida provisória que distribui os recursos da Lei da Conectividade (Lei 14.172/2021). A mobilização surgiu entre os parlamentares da FPME como maneira de enfrentar os efeitos da pandemia da Covid-19, que afastou estudantes das escolas.

Para ler na íntegra, acesse aqui

2022

• Janeiro

Nota Oficial
Comissão e Frentes da Educação no Congresso rechaçam pronunciamento do MEC contra reajuste do piso salarial.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Parlamentares da FPME se articulam com a Comissão da Educação em defesa do reajuste do piso para professores.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Pressão da Educação faz governo voltar atrás em reajuste do piso do magistério.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Fevereiro

Ação
Contra uma nota técnica divulgada pelo órgão, a Comissão de Educação e a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista da Educação, a Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito aos e às Profissionais da Educação e a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público elaboraram documento que contrapunha os pontos defendidos pelo governo para não cumprir a legislação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Plenário da Câmara aprova requerimento de urgência para o SNE.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Estudo compara modelos de financiamento da educação no Brasil e em outros países: aumentar recursos, combater a desigualdade e preparar-se para crises são desafios do financiamento da educação no Brasil, mostra o "Financiamento da educação – Um olhar sobre a experiência internacional", do Instituto Unibanco. O relatório foi apresentado em parceria com a FPME, com a participação do presidente da Frente, deputado Professor Israel Batista (PV-DF), do superintendente-executivo do Instituto, Ricardo Henriques, e de uma das autoras, Ursula Dias Peres. O lançamento inaugurou a iniciativa Casa da Educação, em que a FPME e as instituições parceiras levam informação sobre Educação para apoiar a formulação de políticas públicas para diversos públicos, entre eles parlamentares e imprensa.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Março

Nota Oficial

CPMI da Educação: suspeitas de crimes no MEC são graves.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Mobilização para aprovação do PL 556/2022 no Senado Federal, que destina recursos do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) que não foram utilizados para pagar profissionais do magistério da educação básica da rede pública.

Ação

O PLP 235/2019, que institui o Sistema Nacional de Educação, foi aprovado no Plenário do Senado Federal. Segundo o relator, senador Dário Berger (MDB-SC), é a politica pública mais importante da Educação. O SNE tem o objetivo de criar um padrão para a educação brasileira, com a formulação de um comitê que reúne os conselhos de Educação dos diferentes níveis de governo. A ideia é reduzir as desigualdades e aumentar a qualidade do ensino por meio do debate integral e conjunto sobre calendário letivo, políticas para oferta de ensino da Educação Básica ao Ensino Superior, diretrizes sobre formação de professores, e mais. Desta forma, os municípios, estados e União terão estabelecidas funções e serão evitados conflitos de interesses entre as regiões do país.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Deputado Bira do Pindaré (PSB/MA) da mesa diretora do FPME, participa de Audiência Pública sobre a prorrogação da Lei de Cotas

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Para garantir a transparência nos números da educação brasileira e o acesso aos dados e microdados brutos do Censo Escolar, o deputado federal Tiago Mitraud (NOVO-MG) e a deputada federal Adriana Ventura (NOVO-SP) apresentaram o Projeto de Lei nº 454/2022, que altera a Lei Geral de Proteção de Dados e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Parlamentares da Frente da Educação se mobilizam para investigar gabinete paralelo no MEC

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

FPME anunciou início de plantão da assessoria de comunicação para atender as demandas da imprensa

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME realizou Live sobre o Mês das Mulheres – desafios da mulher nas profissões ligadas à educação e provável apagão na área de ciências exatas. Estiveram presentes a diretora-executiva do Instituto Península, Heloisa Morel, a professora da SEE/DF e autora do projeto Mulheres Inspiradoras, Gina Vieira Ponte de Albuquerque, e a professora de física do CEFET/RJ e doutora em filosofia Elika Takimoto
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Abril

Nota Oficial
NOTA DE APOIO AO PL 454/2022, Projeto de Lei nº 454, de 2022, de autoria dos deputados Tiago Mitraud e Adriana Ventura,FPME, com requerimento de urgência aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
CPMI da Educação: suspeitas de crimes no MEC são graves
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
As frentes Parlamentar Mista da Educação, do Empreendedorismo e Digital construíram documento conjunto para mobilização de parlamentares na votação do PL 4.513/2020 (Política Nacional de Educação Digital), da deputada ngela Amin, com relatoria do deputado Professor Israel Batista, presidente da FPME. Aprovado em agosto de 2022. Aguarda apreciação do Senado Federal.

Ação
FPME mobilizou pela aprovação do PL 454/2022 no Plenário da Câmara dos Deputados. Organizações que fazem pesquisas sobre políticas de educação também estão sendo prejudicadas com a forma atual, de só divulgar os microdados do Censo/Enem em sala protegida e presencial. PL seguiu para o Senado Federal.

Ação

Com textos da Câmara e do Senado, parlamentares tentam criar o Sistema Nacional de Educação. Em regime de urgência, a Câmara dos Deputados analisa cinco propostas de criação do SNE, a fim de regulamentar a determinação constitucional de cooperação entre União, estados e municípios nas políticas, programas e ações de ensino. O Senado aprovou projeto de lei complementar (PLP 235/19) sobre o tema. Na Câmara, o texto foi para análise em conjunto com propostas (PLP 25/19 e três apensados) já aprovadas na Comissão de Educação no fim de 2021. Autora de um dos textos, a deputada Dorinha Seabra Rezende (UNIÃO-TO) usou tom didático para comparar o futuro SNE ao SUS, o Sistema Único de Saúde.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Parlamentares da FPME trabalham para coletar informações institucionais sobre os últimos escândalos no MEC. Uma série de requerimentos foram enviados à pasta pedindo a prestação de esclarecimentos sobre os atos do MEC.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Câmara dos Deputados aprovou O Projeto de Lei 454/2022, que autoriza o compartilhamento dos dados e microdados do Censo Escolar pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). De autoria dos deputados Adriana Ventura (Novo-MG) e Tiago Mitraud (Novo-SP), membros da FPME, a matéria altera legislações para garantir que as informações sejam públicas e sirvam como base para a elaboração de políticas públicas para o setor. Proposta seguiu para Senado.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A deputada federal Vivi Reis (PSOL – PA) começa a integrar Mesa Diretora da FPME, como parte da Comissão Especial de Revisão da Política de Cotas, junto com o deputado federal Bira do Pindaré (PSB – MA). Um grande reforço para a Frente, já que a Lei de Cotas completa dez anos em 2022 e Congresso Nacional quis revisar.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Parlamentares da Frente da Educação participam do Encontro Anual Educação Já, encontro realizado pelo Todos Pela Educação, que reúne lideranças da política nacional da sociedade civil ao lado de especialistas para debater e reforçar a prioridade do tema em ano eleitoral.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Kim Kataguiri é eleito presidente da Comissão de Educação, com 24 votos favoráveis e 9 em branco. Ele substitui a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO) no cargo. FPME faz ação de aproximação com o novo presidente e reafirma as pautas prioritárias para a Educação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

FPME promove live sobre o Dia de Combate ao Bullying e à Violência na Escola. Evento é o terceiro da Casa da Educação, plataforma de interação perene entre os parceiros da Frente da Educação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

• Maio

Nota Oficial

Apoio ao Projeto de Lei nº 1250, de 2022 de autoria do presidente da FPME, deputado federal Professor Israel Batista, que altera a Lei nº 5.537/1968 da Constituição do FNDE e visa atualizar a organização e as políticas do FNDE com os entendimentos atuais sobre governança e transparência, além de garantir a adequação ao uso dos recursos públicos dentro da autarquia

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Apresentação do PL 1250/2022, do deputado Professor Israel Batista e relatoria de Tiago Mitraud, que altera a Lei nº 5.537/1968 da Constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (24/05/2022). Pronta para pauta da Comissão de Educação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Os deputados da FPME sabatinaram ministro da Educação, Victor Godoy, referentes às denúncias relacionadas ao MEC e ao FNDE sobre tráfico de influência e corrupção nos órgãos, além das propostas e prioridades para a pasta durante sua gestão. As indagações foram realizadas durante a sessão conjunta das Comissões de Educação e de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Parlamentares da FPME protocolaram o Projeto de Lei que altera a Lei nº 5.537/1968 da Constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e atualiza a governança para garantir mais governança e barrar uso político indevido. O fundo é a principal ferramenta de financiamento da educação

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A FPME e o Observatório do Conhecimento lançaram, em coletiva de imprensa, o estudo inédito: "Orçamento do Conhecimento", que compila dados sobre o investimento em instituições de ensino superior públicas e de pesquisa e sobre corte de R$ 100 bi nas federais em 2022
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Os deputados da FPME sabatinaram o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, referentes às denúncias de superfaturamento de ônibus escolares, de kits robóticos para escolas e também da atuação de dois pastores, sem cargos públicos, no direcionamento de verbas do FNDE
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Junho

Nota Oficial
FPME divulga nota contra bloqueio dos recursos das IFEs
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
Nota de posicionamento da FPME sobre veto na lei do ICMS
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Com relatoria de Tabata Amaral, aprovação do parecer do PL 6494/19 permite que as instituições de ensino superior aproveitem os créditos obtidos por estudante na educação profissional técnica na modalidade presencial, sempre que o curso técnico e o superior forem de áreas afins, até o limite de 400 horas/aula. Aguarda apreciação do Senado Federal.

Ação
Presidente da FPME, deputado professor Israel Batista (PSB – DF), entrou com pedido de Requerimento de Informação nº 423/2022, acerca do entendimento e dos critérios objetivos utilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na alocação de recursos e valores per capita referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Deputado Professor Israel Batista (PSB-DF) comandou o debate na Comissão de Educação sobre os cortes no orçamento da Educação anunciados, em maio, pelo governo federal, que passaram de mais de R$ 3 bilhões no orçamento da ciência, pesquisa e educação
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Aprovada emenda que preserva recursos do Fundeb. Parlamentares da FPME se mobilizaram no Plenário da Câmara dos Deputados para conseguir que o Fundeb não perdesse R$ 20 bilhões. Desta maneira, a Câmara manteve a alteração do Senado que recompõe as eventuais perdas do Fundeb da alteração da alíquota do ICMS
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Deputados da FPME publicam artigo sobre PL que incentiva ensino profissionalizante: Em artigo exclusivo para a EXAME, os deputados da FPME, Tabata Amaral e Israel Batista, explicam projeto de lei que incentiva o ensino profissionalizante
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME lançou, no Congresso Nacional, Campanha de Valorização e Desenvolvimento dos Professores. Evento trouxe números da pesquisa "Valorização da carreira docente: um olhar dos professores", realizada em 2021, pelo Instituto Península, que demonstrou que os docentes não se sentem valorizados ou respeitados no País
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME realizou Seminário Nacional: 8 Anos do PNE, para avaliar as metas e avanços alcançados durante esses oito anos do Plano Nacional de Educação (PNE). O evento foi produzido em conjunto com outras seis Frentes Parlamentares e as Comissões de de Legislação Participativa e de Educação da Câmara dos Deputados
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FNDE: presidente da FPME ingressa com pedido de acesso aos relatórios da CGU que indicam distorções de 18 bi no Fundo
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Membros da FPME protocolaram uma representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedindo que o Tribunal apure os supostos desvios de R$ 19 bilhões no FNDE, segundo consta o relatório elaborado pela CGU
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Deputados da Frente da Educação se mobilizam contra o veto a veto na lei do ICMS que retira recursos do Fundeb
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Julho

Nota Oficial
FPME, Undime e Consed publicaram nota de posicionamento contra os vetos ao PLP 18/2022 - que retiram a garantia de compensação dos valores destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)
Para ler na íntegra, acesse aqui

Nota Oficial
Não ao PLN 17/2022, que permite que o governo se aproprie de recursos do FNDCT.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Criação da Campanha "Fundeb não se veta" para auxiliar na divulgação contra o PLP 18/22 que retira dinheiro do orçamento do FUNDEB. Foram criados cards, infográficos com dados, roteiros e release para auxiliar o trabalho de parlamentares, gabinetes e jornalistas.

Ação
Levantamento realizado pela FPME sobre os prejuízos dos vetos ao Projeto de Lei Complementar do ICMS (PLP 18/2022) – que retiram recursos do Fundeb – mostrou que a diminuição abrupta do ICMS pode gerar perdas de R$26,5 bilhões, por ano.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Presidente da FPME publicou artigo no Estadão, em conjunto com os presidentes das Comissões de Educação da Câmara e do Senado (Kim Kataguiri e Marcelo Castro), sobre os desvios de finalidade pública na transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Em evento, FPME e Movimento Colabora Educação lançam livro "Sistema Nacional de Educação na Prática". A obra reúne uma série de artigos sobre como o SNE pode aprimorar o ensino público no País.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O presidente da Frente da Educação, deputado Professor Israel Batista (PSB - DF) esteve na UnB e levou as preocupações da Frente com relação ao estupro que ocorreu no campus Darcy Ribeiro e ouviu as medidas que a Universidade está tomando para evitar que crimes como esse continuem acontecendo.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Pesquisa "A liberdade acadêmica está em risco no Brasil?", lançada pela FPME, Observatório do Conhecimento, SBPC e LAUT, reuniu dados sobre censura e autocensura nas universidades públicas e institutos de pesquisas. Estudo revela que 42% dos docentes do ensino superior e pesquisadores já se autocensuraram por medo de retaliações.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Os deputados da FPME receberam na Comissão de Educação (CE) da Câmara, o presidente do FNDE, Marcelo Ponte, e questionaram a tentativa de compra de mesas e cadeiras escolares com sobrepreço de 1,59 bilhão de reais, segundo auditoria da CGU.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
As comissões de Educação e de Fiscalização Financeira e Controle promoveram reunião com o ministro da Educação, Victor Godoy Veiga, para tratar sobre o corte de verbas para universidades federais.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A FPME se mobilizou para apresentar ao relator da PEC 1/2022, que trata sobre a redução de arrecadação do ICMS nos Estados e Distrito Federal, a sugestão de emenda para garantir a recomposição dos recursos do Fundeb advindos da redução de arrecadação do ICMS.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Dispositivo do PLN 17/22, barrado pelos parlamentares da Frente da Educação, permitia a transferência de dotações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para outras despesas.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Com a sessão conjunta no Congresso Nacional de derrubada de vetos, a Frente Parlamentar Mista da Educação promoveu mobilização para a derrubada do Veto 36, trecho da lei sobre a alíquota do ICMS que garante a compensação dos recursos do MDE e do Fundeb.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Mobilização em torno do PL 5384/2020, que trata da Lei de Cotas nas universidades e institutos federais. O deputado Bira do Pindaré, coordenador da Coordenação de Revisão da Lei de Cotas da FPME, é o relator e propôs um substitutivo que prorroga o prazo da revisão. Uma forma de garantir a continuidade dessa importante política afirmativa.

• Agosto

Nota Oficial
POSICIONAMENTO DA FPME SOBRE VETOS NA LDO 2023. Frente reagiu ao veto do presidente da República aos artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023 que atingem o orçamento da Educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Lei de Cotas retornou à pauta do Plenário da Câmara dos Deputados, mas foi retirada a pedido do relator do PL 5384/2020, Bira do Pindaré, por temer retrocesso. Além disso, segundo a Consultoria do Senado, mesmo sem a revisão, a política de cotas continuará valendo e só pode ser alterada ou revogada por lei.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Deputados da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME) votaram na Câmara dos Deputados, para aprovar o Projeto de Lei 4513/20, que institui a Política Nacional de Educação Digital. O texto também insere dispositivos sobre o tema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

FPME pediu esclarecimentos ao MEC e ao Ministério da Economia sobre orçamento das Instituições Federais de Ensino, diante da falta de atualização nos números para a correta manutenção das universidades e IFs. Assinaram a nota o Presidente da FPME, Israel Batista (PSB - DF), Alessandro Vieira (PSDB - SE), Tabata Amaral (PSB - SP) e Felipe Rigoni (União Brasil - ES).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ações

FPME repercutiu as datas para as inscrições do ProUni. Programa do Ministério da Educação (MEC) oferece bolsas de estudo integrais (cobrem 100% da mensalidade) e parciais (50%) em instituições particulares de ensino superior.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

FPME divulgou nota com datas para as inscrições do FIES. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior é um programa do Ministério da Educação do Brasil, criado em 1999, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A FPME luta, por meio da sua Comissão Especial de Revisão da Política de Cotas, pela prorrogação da Lei de Cotas e para que a educação no País seja acessível para todas e todos os brasileiros. Membros mais atuantes na pauta: Bira do Pindaré (PSB - MA) e Vivi Reis (PSOL - PA).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Acompanhamento das Eleições 2022, no recorte dos parlamentares da Mesa Diretora/Bancada da Educação, além dos presidenciáveis.

Ação
Integrantes da Mesa Diretora da FPME foram destaque nas diversas categorias do Prêmio Congresso em Foco 2022, o "Oscar" da política. Vencedores: Professor Israel Batista (PSB – DF) - Joenia Wapichana (REDE – RR) - Tabata Amaral (PSB – SP) - Alessandro Vieira (PSDB -SE) - Adriana Ventura (NOVO – SP) - Felipe Rigoni (UNIÃO – ES)
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Encerramento da consulta/votação sobre a manutenção da atual Mesa Diretora até o fim desta legislatura (em janeiro de 2023). Parlamentares validaram. Alteração apenas da posição do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que a pedido deixou a Comissão de Avaliações para integrar a Comissão de Ensino Superior. Todos os demais permanecem em suas comissões.

• Setembro

Nota Oficial
POSICIONAMENTO DA FPME SOBRE REAJUSTE DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO. A Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME) posicionou-se em defesa do cumprimento do Piso Salarial Nacional do Magistério da Educação Básica Pública, previsto na Constituição Federal. Como já pontuado na Nota de Posicionamento publicada em janeiro de 2022, a Lei do Piso Nacional cumpre com a Constituição Federal.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A FPME entrou com pedido de Requerimento de Informações (RIC nº 638/2022) ao MEC acerca da divulgação incorreta dos participantes das agendas de autoridades do Ministério e do FNDE.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A FPME construiu e enviou carta aberta aos presidenciáveis para que analisassem a importância da Educação no desenvolvimento do País. Objetivo do documento: posicionar os candidatos à Presidência da República sobre as principais demandas a serem priorizadas na Educação, a partir do dia 1º de janeiro de 2023.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A FPME encomendou, com exclusividade, o estudo Relatório Brasil – Edição Educação, sobre como os presidenciáveis tratam do tema Educação nas redes sociais e a repercussão que o conteúdo gera. FPME reforçou importância do debate sobre o tema na reta final da campanha ao Palácio do Planalto.
Para ler na íntegra, acesse aqui

• Outubro

Ação
Confecção de relatório avaliando o resultado das eleições para a Bancada da Educação. Mapeamento dos parlamentares reeleitos da Mesa Diretora e dos novos eleitos ao Congresso Nacional que apresentam alinhamento com a pauta da Educação.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A FPME, o Todos Pela Educação e a Catálise Social, realizaram a Oficina Legislativa para assessores parlamentares. O objetivo da oficina foi a troca de experiência e impressões entre assessores sobre debates desta Lesgilatura e as prioridades sobre Educação para os próximos anos no Congresso Nacional.

• Novembro

Nota Oficial

A Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME) comprometeu-se em atuar pela recuperação dos recursos da Educação reduzidos no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2023. Recentemente, as Consultorias de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados e do Senado Federal publicaram informativo apontando que a implantação do Novo Fundeb tem ocorrido em detrimento das demais políticas educacionais do Ministério da Educação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Frente Parlamentar Mista de Educação (FPME) e o Observatório do Conhecimento lançaram, em coletiva de imprensa, o balanço do Orçamento do Conhecimento – PLOA 2023. O Orçamento do Conhecimento identificou o montante de recursos públicos destinado à produção de conhecimento no Brasil, que passou, em termos reais, de um patamar de R$40,76 bilhões na Lei Orçamentária de 2014, para R$17 bilhões no ano que vem. Assim, o valor previsto é 58,05% menor que o de 10 anos atrás.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Observatório do Conhecimento homenageia presidente da Frente da Educação - A solenidade realizada pelo Observatório do Conhecimento exaltou o trabalho realizado pelo presidente da FPME, deputado Professor Israel Batista (PSB – DF), na luta pela educação do país.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Presidente da FPME se reuniu com o presidente da CE, deputado Kim Kataguiri, e o relator da PLOA 2023, senador Marcelo Castro, para garantir a recomposição de 8 bilhões no orçamento da Educação em 2023.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
O Projeto de Lei 1906/21 que determina a doação dos telefones celulares apreendidos dentro de presídios a alunos da rede pública de ensino foi aprovado na Comissão de Segurança Pública, da Câmara dos Deputados. A proposta, do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE) que faz parte da Comissão de Ensino Superior da FPME.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Membros da Frente aprovaram emendas de apoio à Educação Básica na CE do Senado - Os senadores Alessandro Vieira (PSDB – SE) e Izalci Lucas (PSDB – DF) são autores de duas emendas ao PLOA 2023 que visam garantir o orçamento para área.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Parlamentares da FPME, Professor Israel Batista (PSB – DF) e deputado Idilvan Alencar (PDT – CE), aprovaram na CE emendas prioritárias da Educação para PLOA 2023 - As emendas aprovadas visam ajustar o orçamento nas áreas de educação básica e profissional, científica e tecnológica.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME acompanhou audiência na Comissão de Educação sobre homeschooling - Reunião faz parte do ciclo de audiências públicas da Comissão de Educação do Senado para debater o PL 1338/2022, que regulamenta o homeschoolling, a educação domiciliar.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
Câmara entregou Prêmio Darcy Ribeiro de Educação 2022. O prêmio é concedido anualmente, pela Comissão de Educação e pela Mesa Diretora. Neste ano, todos os vencedores foram indicados pelos parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Educação. Entre os laureados está o Todos Pela Educação, indicado pelo presidente da FPME, o deputado Professor Israel Batista (PSB – DF).
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), solicitou a inclusão, no Relatório Setorial e no Relatório Final do projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2023, as emendas da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. As emendas foram aprovadas com a participação de parlamentares da Frente e seguem agora para a Comissão Mista de Orçamento (CMO) para aprovação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Frente Parlamentar Mista da Educação se reuniu com o relator-geral do orçamento, o senador Marcelo Castro (MDB-PI). O pedido da recomposição dos valores da educação foi o objetivo principal do encontro. O presidente da Frente, o deputado federal Professor Israel (PSB-DF), apresentou ao relator emendas aprovadas na Comissão de Educação da Câmara para que sejam contempladas no orçamento de 2023.

Para ler na íntegra, acesse aqui

• Dezembro

Ação

O deputado federal Professor Israel Batista (PSB-DF), presidente da FPME, se manifestou contra os cortes realizados na educação do país. Os valores bloqueados afetaram os pagamentos de despesas nas instituições, bolsas de estudo e outros gastos relativos ao setor. A Frente da Educação acompanhou o caso e se mobilizou em prol da educação brasileira!

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Membros da Mesa Diretora da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), os deputados federais Adriana Ventura (Novo-SP), Paula Belmonte (Cidadania-DF) e Tiago Mitraud (Novo-SP), participaram da audiência pública na Comissão de Educação (CE), da Câmara dos Deputados, que tratou sobre mapas educacionais que embasam a elaboração de políticas educacionais baseadas em evidências. Além dos parlamentares da FPME, o deputado federal Átila Lira (PP-PI), integrante da Frente, também foi um dos requerentes da reunião.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público promoveu audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o contingenciamento dos recursos das instituições federais de ensino superior e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A solicitação do debate foi feita por Rogério Correia (PT-MG), membro signatário da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Deputados da FPME participaram, via Comissão de Educação, na Câmara dos Deputados, da sabatina ao ministro da Educação, Victor Godoy, sobre os cortes na Educação.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Os deputados federais Felipe Rigoni (União/ES) e Tabata Amaral (PSB/SP), integrantes da FPME, foram laureados com o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2022, entregue pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e pela Secretaria da Transparência Câmara dos Deputados, em celebração na Casa. A homenagem foi pela atuação na Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação (Comex).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Todos Pela Educação, que integra o Conselho Consultivo da FPME, e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), organizaram, em Brasília, reunião entre o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, e governadores. Na pauta estava reconstrução da Educação e a entrega de relatório para os 100 primeiros dias, feito pelas organizações que realizam o encontro. Presidente da FPME participou do encontro.

Para ler na íntegra, acesse aqui

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Vitória da Educação: Congresso Nacional derrubou Veto Parcial 36/2022, do Poder Executivo, a três dispositivos do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022. O texto foi sancionado como Lei Complementar 194, de 2022, em junho de 2022. Os parlamentares da FPME se mobilizaram durante o dia para conseguir o acordo para a derrubada.

O Veto 36 continha parte da Lei sobre a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que garante a compensação dos recursos do Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Os dispositivos vão à promulgação.

"O dispositivo foi acionado para resguardar as vinculações de receitas do Fundo. Segundo avaliação do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), sem essa garantia, o impacto poderia ser de até R$26,5 bilhões. Não poderíamos deixar que a educação perdesse mais este recurso!", afirmou o presidente da FPME, deputado federal professor Israel Batista (PSB/DF).

Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
MEC desbloqueia Orçamento da Educação de 2022.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
FPME realizou live sobre os cortes na Educação com o presidente da Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ricardo Marcelo Fonseca, a reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, e o presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Vinícius Soares. Os convidados falaram sobre situação insustentável do orçamento nas universidades e na Educação como um todo.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 4513/20, que cria a Política Nacional de Educação Digital. O texto prevê a inclusão, a capacitação e a especialização, a pesquisa e a educação escolar digitais. O presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, deputado federal Professor Israel Batista (PSB-DF), foi o relator da matéria. A proposta foi enviada para a sanção presidencial.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação
A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2022, conhecida como PEC da Transição, foi promulgada em 21 de dezembro deste ano, pelo Congresso Nacional. A matéria incluiu a PEC 24/2019, de autoria da deputada federal Luísa Canziani (PSD-PR), secretária-geral da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME), que previa retirar do Teto de Gastos parte das despesas das instituições federais de ensino.
Para ler na íntegra, acesse aqui

Ação

Parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Educação (FPME) repercutiram a indicação do senador eleito Camilo Santana (PT/CE) para o Ministério da Educação realizada pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Presidente da FPME - deputado federal professor Israel Batista (PSB/DF)
"Com a escolha de Camilo Santana para o MEC, espero que a pasta volte aos trilhos o quanto antes. Desejo sucesso à nova gestão!"
Para ler na íntegra, acesse aqui

Membro da Mesa Diretora da FPME - deputada federal Tabata Amaral (PSB/SP)
"Sou uma grande admiradora da revolução que aconteceu na educação cearense e Camilo Santana e Izolda Cela foram fundamentais nesse processo. Espero que com Camilo no MEC e Izolda na Secretaria Executiva a educação básica seja prioridade. Essa dupla está à altura dos desafios!"
Para ler na íntegra, acesse aqui

Membro da Mesa Diretora da FPME - deputado federal Idilvan Alencar (PDT/CE)
"Camilo Santana é um competente gestor e tem grande liderança política. Como novo comandante do MEC terá muitos desafios, pois recebe a pasta após um governo que desprestigiou a educação, mas também terá a oportunidade trazer a experiência exitosa do Ceará para o Brasil. Estarei pronto para colaborar com projetos e acompanhar ações para a melhoria da educação brasileira".
Para ler na íntegra, acesse aqui